

AÇÃO DOCENTE INCLUSIVA EM SALA DE AULA COM ALUNO SURDO

Profª Drª Sueli Yngaunis

RESUMO

Este artigo dissertará sobre a singularidade da pessoa surda no ambiente educacional, a partir dos relatos da história de vida de quatro alunos surdos, matriculados em instituições de ensino superior, do setor privado, coletados para a elaboração da tese de doutorado “A singularidade da pessoa surda se evidencia por meio da comunicação” (YNGAUNIS, 2019), defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo, na FFLCH-USP.

O predomínio da comunicação oral em ambientes educacionais pode representar desafios importantes para alunos surdos, devido as práticas de ensino que não consideram a singularidade comunicacional desse público, dificultando a promoção de uma aprendizagem significativa.

Partimos da premissa de que uma vez que o desenvolvimento individual possui um caráter construtivo e dialético, que envolve interações entre o indivíduo e seu meio físico e psicossocial, e que são entendidas como processos de comunicação (SACRISTÁN, 1998), as dificuldades de comunicação dos alunos surdos têm o potencial de interferir em seu desenvolvimento, o que justifica a adoção de adaptações das práticas de ensino, para que possam atender as especificidades desses alunos.

Palavras-chave: SURDEZ, ENSINO SUPERIOR, LÍNGUA DE SINAIS, CULTURA OUVINTE e CULTURA SURDA

Surdez, linguagem e comunicação

A audição é fundamental para a comunicação e o desenvolvimento do indivíduo, e quando existem alterações, por fatores genéticos ou lesões, nos órgãos sensoriais e estruturas cerebrais responsáveis pela recepção e

interpretação dos sons (MOMENSOHN-SANTOS, 2007) pode resultar em deficiência auditiva. No Brasil, as pessoas com deficiência auditiva dividem-se em dois grupos: o grupo dos surdos oralizados, que utilizam a língua portuguesa, e os surdos usuários da LIBRAS, a língua brasileira de sinais, a língua oficial, segundo a Lei nº 10.436/2002, da comunidade surda.

Enquanto os ouvintes adquirem a linguagem espontaneamente pela audição, os surdos elegem os canais visuais como fontes para o desenvolvimento da linguagem. A linguagem não apenas comunica, mas também regula o pensamento humano, ela surge inicialmente como um meio de comunicação entre a criança e as pessoas do meio em que ele vive, e depois se transforma em uma função mental interna, passando a organizar o pensamento da criança (VIGOTSKI, 2007).

Quando não tem contato com a língua de sinais, a pessoa surda é forçada a “oralizar”. O oralismo é um método de ensino para surdos baseado na exposição à língua falada e leitura orofacial. Embora tenha recebido destaque em relação à Língua de Sinais, os resultados do oralismo para o desenvolvimento dos surdos foram limitados.

O surdo no ambiente escolar

Ambientes educacionais estruturados para atender uma maioria ouvinte, exercem um impacto importante sobre a vida acadêmica de alunos surdos. Quando alguém se dirige a uma criança surda utilizando a comunicação oral, o que ela vê são bocas que se mexem, e que não transmitem nenhum significado. Somente quando ela aprende alguma forma de comunicação visual, e consegue entender que cada sinal possui um significado, é que ela conseguirá entender o que está sendo comunicado, e a partir dos novos significados reorganizar sua bagagem cognitiva. Veja o que relatou uma aluna surda sobre as suas primeiras dificuldades de comunicação:

eu era muito nervosa, gritava bastante, não entendia o que as pessoas falavam, o que eles queriam. eles também não sabiam o que eu queria, era muito difícil. aí conforme eu fui crescendo,

fui aprendendo língua de sinais e ficando mais tranquila e tendo uma comunicação mais fácil. (YNGAUNIS, 2019, 64)

A criança surda enfrenta barreiras na leitura orofacial, começando em casa pela falta do uso da língua de sinais e posteriormente na escola pela ausência de intérpretes e pelo desconhecimento dos professores sobre métodos apropriados ao ensino-aprendizagem de alunos surdos.

Na escola eu não aprendia nada, na verdade, pra falar a verdade, nunca me ensinaram, eu aprendia fazendo leitura labial, sempre teve esse problema de falta de comunicação, minha família tentava me explicar como eu deveria fazer para aprender, com a oralização, eu não entendia nada.

Por exemplo, eles me falavam que eu precisava olhar para o professor, eu olhava fixamente, mas ainda assim eu não conseguia entender nada. Eu não pensava em olhar para ele e acompanhar os movimentos labiais para conseguir entender, eu pensava que de olhar o professor eu conseguiria entender (YNGAUNIS, 2019, 77)

Situações como essas exemplificam a falta de acessibilidade comunicacional, atitudinal e metodológica, três das sete dimensões da acessibilidade enumeradas por Sassaki (2019).

O verbo “olhar” fixamente a boca do interlocutor, na leitura orofacial já denota em si que o canal visual é a forma de comunicação, por excelência, da pessoa surda. A língua de sinais é um marcador importante para o surdo, e quando essa forma de comunicação acontece, o mundo passa a fazer sentido para o surdo, veja relato de uma aluna que compara os ambientes onde predomina a comunicação oral, e o ambiente escolar de uma escola onde os surdos se comunicavam por meio da língua de sinais.

Porque eu entrei na escola com três anos e via as pessoas se comunicando fácil e claramente em língua de sinais, porque fora da escola eu via as pessoas oralizando e a comunicação era complicada e eu não entendia, era muito difícil, eu via as pessoas e não entendia.

Mas, dentro da escola, com todos os surdos sinalizando, era tudo muito visual, e aí sim, eu conseguia entender o que eles

estavam falando. Era muito fácil, pois todos usavam língua de sinais, conseguia entender claramente (YNGAUNIS, 2019, 81)

A disponibilização de um intérprete de língua de sinais representa apenas uma das medidas a serem implementadas pela instituição de ensino. É fundamental que os docentes estejam abertos à adoção de práticas pedagógicas adequadas às necessidades do aluno surdo, visando a eliminação de barreiras metodológicas. Esse ponto foi destacado por um estudante surdo ao relatar sua experiência de transferência para uma escola que contava com intérprete de língua de sinais.

Eu fiquei feliz quando eu entrei na (...), pois tinha intérprete, porque antes eu nunca tive intérprete.

Quatro anos mais tarde, eu estava refletindo, e cheguei à conclusão de que apenas colocar o intérprete não resolve nada.

O melhor é que o professor também precisa saber língua de sinais para ter esse contato direto com o aluno, porque dessa forma o aluno tem melhor aproveitamento do conteúdo, dos conceitos, as estratégias e metodologias de ensino tem que ser diferentes, precisa melhorar (YNGAUNIS, 2019,86-87).

A presença de alunos surdos exige adaptações na didática e atenção do professor quanto à sua movimentação em sala de aula. Mesmo sem saber a língua de sinais, o professor pode aprender, por exemplo, que certas posições, como por exemplo ficar de costas, podem prejudicar a compreensão da aula pelo aluno.

Éramos três surdos. Eu e mais dois. Nós três nos esforçávamos muito para entender e acompanhar o que o professor estava oralizando, mas, não conseguíamos fazer leitura labial, porque eles falavam muito rápido.

Por exemplo, ele escrevia na lousa e falava ao mesmo tempo, tudo muito rápido e de costas, impossibilitando a visualização dos seus lábios, como eu veria? (YNGAUNIS, 2019, 87)

O professor busca explicar, os colegas tentam ajudar, mas sem compreender como o surdo pensa e processa informações, os esforços tornam-se limitados. É fundamental valorizar tanto o papel do professor quanto dos colegas, no processo de inclusão do aluno surdo na dinâmica da aula:

Mas, eu penso que o problema maior é a interação com meus colegas ouvintes, principalmente em trabalho em grupo. Sempre há uma certa exclusão nesse trabalho, porque tem um jeito de trabalho diferente, e aí eles ficam naquela comunicação oral.

A gente se perde, e aí eu pergunto o que estão falando. Aí eles resumem o que estão falando, e aí eu não consigo, (...)

Uma vez eu tive uma discussão séria com o meu grupo, porque eles sempre resumem as coisas para mim. E eles acabaram compreendendo, e abriram o notebook, me explicaram.

E quando eles fizeram isso, eu conseguir opinar, eu consegui mostrar o que eu tinha feito. O problema é ser entendido (YNGAUNIS, 2019, 89).

Ainda sobre as práticas docentes é importante mencionar sobre o processo de avaliação. As avaliações são elaboradas com textos da língua oficial dos ouvintes, o que pode representar algum grau de dificuldade para o surdo usuário da língua de sinais, e que não dominam a língua utilizada na comunicação oral:

Antigamente, minha coordenadora A., que era responsável pelos intérpretes, sempre me falava para que quando tivesse alguma prova, eu a avisasse. E ela comunicava os professores, para que fizessem as adaptações necessárias com textos mais fáceis e frases traduzidas para mim.

Ela pedia isso a todos. Mas, infelizmente nem todos entregavam isso a ela. Alguns, sim, outros não aceitavam, aí eu ia direto para prova (YNGAUNIS, 2019, 90).

Segundo o parágrafo único da Lei nº 10.436, de 2002, a língua brasileira de sinais, a Libras, a língua oficial da comunidade surda brasileira, não substitui a língua portuguesa escrita, A língua majoritária, a que os ouvintes utilizam para se comunicar, é a segunda língua para o surdo que tem na língua de sinais a

sua língua mãe, e ele terá dificuldades em relação à escrita, o que pode comprometer o entendimento do texto escrito por um aluno surdo, e que o professor.

Na universidade onde a autora coordenou o núcleo de acessibilidade, ela foi procurada por um docente que compartilhou sua dificuldade em compreender as respostas de um aluno surdo às questões dissertativas de uma avaliação que ele aplicou. A resposta apresentava problemas de concordância gramatical, prejudicando a compreensão do texto escrito pelo aluno. Foi sugerido ao professor que ele chamasse o aluno e o profissional intérprete de Libras que o acompanhava, e pedisse ao aluno para explicar o que ele queria transmitir com a resposta que ele escreveu. Assim, o aluno pode explicar por meio da língua de sinais, o intérprete interpretou as respostas, e o professor pôde então avaliar se o aluno respondeu ao que foi perguntado. Se o professor não procedesse dessa forma, poderia ter considerado a resposta incorreta, e concluir que o aluno não sabia o conteúdo abordado pela avaliação.

Entre as práticas docentes que podem colocar o aluno surdo em desvantagem, está a adoção do ditado, pois o aluno não conseguirá acompanhar o ditado na mesma velocidade que seus colegas ouvintes. Enquanto alunos ouvintes conseguem escrever ao mesmo tempo que ouve o professor ditando o conteúdo, o aluno surdo precisa, primeiro, olhar as mãos dos intérpretes, compreender o que está sendo sinalizado, para só então depois escrever. Nesse processo, o professor já está ditando outro trecho, e o aluno surdo ainda está escrevendo o que foi ditado anteriormente. Assim, também acontece com exibição de filmes sem legenda, enquanto o aluno precisa ver as mãos dos intérpretes para ver o que está sendo sinalizado, ele deixa de ver as cenas que o vídeo está exibido. E se o áudio for em outra idioma, a dificuldade aumenta, pois demanda que o intérprete leia a legenda e depois faça a interpretação para a língua de sinais.

O aprendizado do surdo pode ser favorecido quando o professor utiliza recursos imagéticos em suas aulas, como fotos, desenhos, esquemas, esses recursos facilitam a assimilação das informações que estão sendo abordadas

na aula. Veja o que um aluno surdo matriculado em um curso de arquitetura relatou:

Eles podem usar, por exemplo, um diagrama, um desenho, uma foto.

Olha faz assim, é desse jeito, aí o surdo vai entender claramente, e vai fazer o que é o correto.

Se o ouvinte não entender que a experiência do surdo é uma experiência visual, vai ser assim, o surdo vai ficar para trás nesse processo. Ele vai estar sempre perdendo nesse processo de desigualdade (YNGAUNIS, 2019, 92).

Em nossa vivência à frente de um núcleo de acessibilidade de uma IES, quando um intérprete de Libras é contratado, ele acompanha o aluno surdo em sala de aula, fazendo a interpretação da aula e de toda interação que acontece no ambiente durante a sala. Na maioria das vezes o seu contato com o professor é somente na aula, pois não recebe previamente o material que será desenvolvido no decorrer das aulas. Conforme vão surgindo novas palavras em português, que nem o intérprete e nem o surdo conhecem de imediato o sinal de determinada palavra, o intérprete faz a datilologia, que é soletrar a palavra usando o alfabeto da língua de sinais, e ambos tentam pesquisar, com colegas ou outros meios, o sinal "oficial" da palavra. Só no caso de não encontrar ou não existir ainda um sinal convencionado, é que o intérprete e o surdo combinam um sinal que melhor represente o termo. Por isso, a troca de intérpretes durante o curso não é bem recebida pelo aluno surdo, pois significa combinar de novo os sinais que serão utilizados.

CONCLUSÃO

O currículo escolar está baseado no uso da língua majoritária, no caso do Brasil, a língua portuguesa. O predomínio da língua portuguesa no ambiente escolar, coloca o aluno surdo em desvantagem, quando o uso da língua majoritária, que Wringley definiu como a língua do colonizador, pela maioria ouvinte, que utiliza a língua falada para se comunicar, não valoriza os canais alternativos de

comunicação, negligenciando métodos alternativos para transmissão de conhecimento.

Optamos por concluir este artigo com uma lista de algumas ações, que vamos denominar como ações docentes inclusivas, e que podem ser adotadas por professores que tenham suas turmas, alunos surdos matriculados:

1. Prestar atenção em como se locomove e se posiciona em sala de aula, evitar ficar de costas para o aluno surdo;
2. Explorar recursos de imagens que auxiliem o aluno surdo na compreensão do conteúdo que está sendo exposto;
3. Enviar, com antecedência para o intérprete da língua de sinais que acompanha o aluno, uma lista de terminologias específicas da disciplina, para pesquisa ou criação, junto com o aluno surdo, dos sinais correspondentes;
4. Não fazer ditados em salas de aula, onde tenham alunos com deficiência auditiva;
5. Elaborar provas com linguagem simples e sem metáforas, de modo a facilitar a compreensão do texto pelo aluno surdo usuário da língua de sinais;
6. Sempre pedir ao aluno surdo, que explique o texto que ele escreveu, caso apresente problemas de concordância gramatical;
7. Sempre se dirigir ao aluno surdo, e não ao intérprete da língua de sinais;
8. Sempre selecionar vídeos com áudio e legenda em português. Quando não for possível, enviar o vídeo ao aluno antes da aula em que o vídeo será exibido, para que ele possa assistir junto com o intérprete

O reconhecimento de como o ambiente educacional foi estruturado para atender uma maioria ouvinte, pode ser o primeiro passo para a adoção de ações docentes inclusivas que considere a singularidade do aluno surdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOMENSOHN-SANTOS TM, Dias AMN, Valente CHB, Assayag FM. Anatomia e fisiologia do órgão da audição e do equilíbrio. In: Momensohn-Santos TM, Russo ICP, orgs. Prática da Audiologia Clínica. 6ª ed. São Paulo: Cortez; 2007. p.12-44.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Compreender e transformar o ensino. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 1998..

VIGOTSKY, Levi S. A formação social da mente. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

YNGAUNIS, Sueli A singularidade da pessoa surda se evidencia por meio da comunicação. Orientador Luis Guilherme Galeão da Silva. - São Paulo, 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

